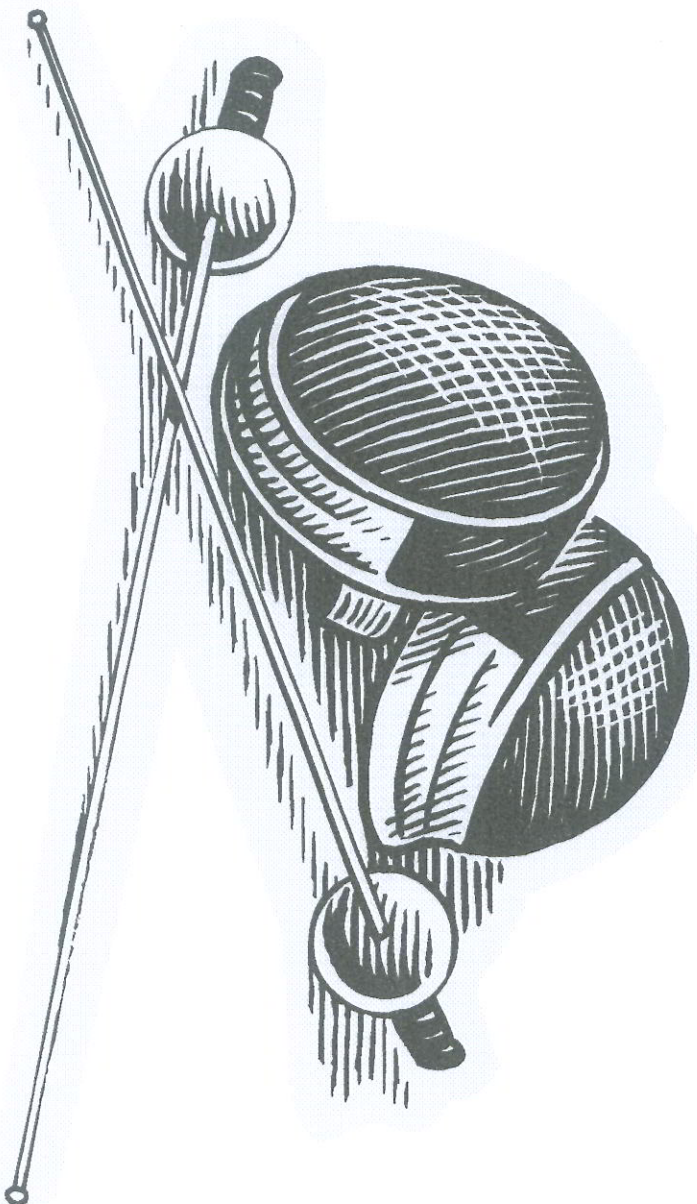


FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ESGRIMA
REGULAMENTO DE PREVENÇÃO
E
CONTROLO DA VIOLÊNCIA



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ESGRIMA
REGULAMENTO DE PREVENÇÃO E CONTROLO DA VIOLÊNCIA

CAPÍTULO 1
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º
(Objecto)

O presente regulamento implementa um conjunto de medidas preventivas e punitivas a adoptar em caso de manifestações de violência associadas à prática da Esgrima, na sua vertente de espectáculo ou competição desportiva, com vista a garantir a existência de condições de segurança nos complexos desportivos, recintos desportivos e áreas do espectáculo desportivo, bem como a possibilitar o decurso dos espectáculos desportivos de acordo com os princípios éticos inerentes à prática do desporto em geral e da Esgrima em particular.

Artigo 2.º
(Âmbito de Aplicação)

As normas decorrentes do presente regulamento aplicam-se a todos os espectáculos e/ou competições desportivas de Esgrima que se realizem em salas de armas e/ou recintos desportivos, entendendo-se enquanto tal, qualquer local destinado à prática da Esgrima ou onde esta prática tenha lugar, confinado ou delimitados por muros, paredes ou vedações e, em regra, de acesso controlado e condicionado.

Artigo 3.º
(Organizador de Competição Desportiva)

Entende-se por organizador da competição desportiva, para efeitos do presente Regulamento, a Federação Portuguesa de Esgrima, adiante designada por FPE, relativamente às competições que se realizem sob a égide das federações internacionais.

Artigo 4.º
(Promotor do Espectáculo Desportivo)

Entendem-se por promotores do espectáculo desportivo, para efeitos do presente Regulamento, as salas de armas ou outros agentes desportivos da FPE, bem como a própria FPE, enquanto organizadores de eventos ou competições desportivas de Esgrima.

CAPÍTULO II

SALAS DE ARMAS E RECINTOS DESPORTIVOS

Artigo 5.º

(Condições de acesso)

1. São condições de acesso às salas de armas e aos recintos desportivos, nomeadamente pelos espectadores:
 - a) A posse de título de ingresso válido se tal se encontrar determinado, entendendo-se enquanto tal os bilhetes, cartões, convites e demais documentos que permitam a entrada em recintos desportivos ou determinados espaços do recinto desportivo, qualquer que seja o seu suporte;
 - b) A observância das normas do «regulamento de segurança e de utilização dos espaços de acesso público»;
 - c) Não estar sob a influência do álcool, estupefacientes, substâncias psicotrópicas ou produtos de efeito análogo, aceitando submeter-se a testes de controlo e despiagem, a efectuar sob a direcção das competentes autoridades de polícia;
 - d) Não transportar ou trazer consigo objectos ou substâncias proibidos ou susceptíveis de gerar ou possibilitar actos de violência;
 - e) Consentir na revista pessoal de prevenção e segurança, com o objectivo de detectar e impedir a entrada de objectos e substâncias proibidos ou susceptíveis de gerar ou possibilitar actos de violência;
 - f) Consentir na recolha de imagem e som, nos estritos termos da lei.
2. É vedado o acesso à sala de esgrima ou ao recinto desportivo a todos os espectadores que não cumpram o previsto no número anterior, exceptuadas as condições constantes das alíneas b), d) e e) do n.º 1 deste artigo, quando se trate de objectos que sejam auxiliares de pessoas com deficiência ou quando se tratem de objectos indispensáveis para a realização da competição ou do espectáculo desportivo.
3. São considerados objectos ou substâncias proibidos ou susceptíveis de gerar ou possibilitar actos de violência, para efeitos da al. d) do n.º 1 deste artigo, sem prejuízo do disposto no n.º 2, nomeadamente:
 - a) Armas, de fogo ou armas brancas ou quaisquer outros objectos cortantes ou contundentes ou que, de alguma forma se possam revestir de perigosidade usados por um "homem médio";
 - b) Recipientes de bebidas ou de outros produtos feitos de material pesado e/ou contundente;
 - c) Almofadas feitas de material pesado e/ou contundente;
 - d) Buzinas alimentadas de baterias, corrente eléctrica ou outras formas de energia, bem como quaisquer instrumentos produtores de ruídos instalados de forma fixa, com excepção da instalação sonora do promotor do espectáculo desportivo;

- e) Buzinas de ar ou de outros utensílios estridentes em recintos desportivos cobertos;
- f) Substâncias ou engenhos explosivos ou pirotécnicos ou objectos que produzam efeitos similares.

Artigo 6.º

(Indivíduos sob a influência do álcool)

Para efeitos do presente Regulamento, consideram-se sob influência do álcool os indivíduos que apresentem uma taxa de álcool no sangue igual ou superior a 1,2 g/l, aplicando-se-lhes, com as devidas adaptações, os procedimentos, testes, instrumentos e modos de medição previstos no Código da Estrada para as situações e alcoolemia e influência de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas nos condutores.

Artigo 7.º

(Condições de Permanência)

1. São condições de permanência, nomeadamente dos espectadores, nas salas de Esgrima ou nos recintos desportivos:
 - a) Não ostentar cartazes, bandeiras, símbolos ou outros sinais com mensagens ofensivas, de carácter racista ou xenóforo;
 - b) Não obstruir as vias de acesso e evacuação, especialmente as vias de emergência, sem prejuízo do uso das mesmas por pessoas com deficiência;
 - c) Não praticar actos violentos que incitem à violência, ao racismo ou à xenofobia;
 - d) Não entoar cânticos racistas ou xenófobos;
 - e) Não aceder às áreas de acesso reservado ou não destinadas ao público;
 - f) Não circular de um sector para o outro se estes estiverem delimitados e separados, com eventuais títulos de ingresso distintos;
 - g) Não arremessar quaisquer objectos no interior do recinto desportivo;
 - h) Não utilizar material produtor de fogo de artifício ou quaisquer outros engenhos pirotécnicos ou produtores de efeitos análogos;
 - i) Cumprir os regulamentos do recinto desportivo;
 - j) Observar as condições de segurança previstas no número anterior.
2. O não cumprimento das condições previstas no número anterior bem como do disposto nas alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 5.º deste Regulamento, implica o afastamento imediato da sala de armas ou do recinto desportivo a efectuar pelas autoridades ou forças de segurança presentes no local, ou chamadas para esse efeito, sem prejuízo de outras sanções eventualmente aplicáveis.

Artigo 8.º

(Revista Pessoal de Prevenção e Segurança)

1. Sempre que tal se mostre necessário, os assistentes da sala de armas ou do recinto desportivo poderão, nos termos da lei, e na área definida para o eventual controlo de acessos, efectuar revistas pessoais de prevenção e segurança aos espectadores, incluindo o tateamento, com o objectivo de impedir a introdução na sala de armas ou no recinto desportivo de objectos ou substâncias proibidas, susceptíveis de possibilitar ou gerar actos de violência.
2. As forças de segurança que possam ter sido destacadas para o espectáculo ou competição desportivos, sempre que tal se mostre necessário, podem proceder a revistas aos espectadores, de forma a evitar a existência no recinto de objectos ou substâncias proibidas ou susceptíveis de possibilitar actos de violência.

Artigo 9.º

(Competições ou Espectáculos de Risco Elevado)

1. Quaisquer competições ou espectáculos desportivos que sejam considerados, pelo organizador ou promotor, de risco elevado, de âmbito nacional ou internacional, deverão realizar-se em recintos desportivos que reúnam as seguintes condições cumulativas, sem prejuízo de outras consignadas na lei:
 - a) Devem ser dotados de lugares sentados, individuais e numerados, equipados com assentos;
 - b) Devem ter instalado um sistema de vídeo vigilância que permita o controlo visual de todo o recinto, dotado de câmaras fixas ou móveis com gravação de imagem e som, as quais, no respeito pelos direitos e interesses constitucionalmente protegidos, devem possibilitar a protecção de pessoas e bens;
 - c) Devem dispor de parques de estacionamento devidamente dimensionados para a respectiva lotação de espectadores.
2. Para efeitos da al. b) do n.º 1 do artigo anterior, a afixação de avisos de instalação e sistema de vídeo vigilância, a recolha e tratamento de imagem e som, assim como a sua preservação e destruição, devem ser observados nos estritos termos da lei.
3. Compete ao organizador da competição desportiva que seja considerada de risco elevado, desenvolver e utilizar um sistema uniforme de emissão e venda de títulos e ingresso, controlado por meios informáticos, se a tal houver lugar, nos estritos termos definidos na lei, e sem prejuízo do disposto no artigo seguinte.

Artigo 10.º
(Títulos de Ingresso)

1. Compete ao organizador da competição desportiva ponderar no início de cada época desportiva se existe alguma competição ou algum espectáculo desportivo que justifique a emissão de títulos de ingresso, devendo, se for caso disso, definir as suas características e os limites mínimo e máximo do respectivo preço, e emití-los em conformidade com as regras estabelecidas e com os requisitos constantes da lei.
2. Os promotores de espectáculos desportivos que julguem justificar a emissão de títulos de ingresso, devem comunicá-lo à FPE antes do início da época, sendo acordado com esse promotor a emissão dos respectivos títulos de ingresso, sempre no cumprimento dos requisitos constantes da lei, mormente no que concerne à adequação do número e títulos de ingresso emitidos e a lotação do respectivo recinto desportivo.

Artigo 11.º
(Acesso de pessoas com deficiência)

As salas de armas e os recintos desportivos devem dispor de acessos especiais para pessoas com deficiência.

CAPÍTULO III
DEVERES DOS PROMOTORES DE ESPECTÁCULOS DESPORTIVOS

Artigo 12.º

(Regulamento de Segurança e Utilização dos Espaços de Acesso Público)

1. O promotor do espectáculo desportivo, sobretudo se de risco elevado, deve adoptar um «regulamento de segurança e de utilização dos espaços de acesso público».
2. O regulamento previsto no número anterior deve contemplar, entre outras, as seguintes medidas, cuja execução deve ser precedida de concertação com os demais agentes e entidades envolvidas na organização e segurança do espectáculo desportivo:
 - a) Vigilância e controlo destinados a impedir, quer o excesso de lotação em qualquer zona do recinto, quer a assegurar o desimpedimento das vias de acesso;
 - b) Adopção de sistemas de controlo de acesso de modo a impedir a introdução de objectos ou substâncias proibidos ou susceptíveis de possibilitar ou gerar actos de violência, nos termos previstos na lei;
 - c) Especificação da proibição de venda de bebidas alcoólicas, substâncias estupefacientes e substâncias psicotrópicas no interior do recinto desportivo, bem como a adopção de um sistema de controlo de estados de alcoolemia e de estupefacientes;
 - d) Definição das condições de trabalho e circulação a facultar aos eventuais meios de comunicação social;
 - e) Elaboração de um plano de emergência interno, prevenindo e definindo,

designadamente, a actuação dos assistentes de recinto desportivo, se os houver;

- f) Reacção perante situações de violência, no quadro das correspondentes sanções a aplicar aos associados previstas neste Regulamento, noutros Regulamentos da FPE ou na lei.

Artigo 13.º

(Deveres dos Promotores dos Espectáculos Desportivos)

1. Sem prejuízo de outras obrigações legais ou regulamentares, os promotores de um espectáculo desportivo estão, designadamente, sujeitos aos seguintes deveres:
 - a) Assumir a responsabilidade pela segurança do recinto desportivo e eventuais anéis de segurança que venham a ser definidos por eventuais forças de segurança; b) Incentivar o espírito ético e desportivo de todos os participantes no espectáculo desportivo;
 - b) Proteger os indivíduos que sejam alvo de ameaças, designadamente facilitando a respectiva saída de forma segura do complexo desportivo, em coordenação, se necessário, com os elementos das forças de segurança;
 - c) Adoptar um regulamento de segurança e de utilização dos espaços de acesso ao público em recinto desportivo;
 - d) Designar um coordenador de segurança.
2. Os promotores de um espectáculo desportivo devem ainda, em articulação com o organizador da competição desportiva, se forem entidades diversas, procurar impulsionar, desenvolver e reforçar as acções educativas e sociais dos espectadores e outros intervenientes no espectáculo.

Artigo 14.º

(Coordenador de Segurança)

O coordenador de segurança deve ser designado pelo promotor do espectáculo desportivo que deterá a responsabilidade operacional pela segurança no interior do recinto desportivo e eventuais anéis de segurança, coordenando a sua actividade com outras pessoas ou entidades a quem compete zelar pelo normal decurso do espectáculo desportivo, reunindo com as mesmas antes e depois do mesmo, e elaborando um relatório final de ocorrências que deve ser entregue ao organizador da competição desportiva.

CAPÍTULO IV

REGIME SANCIONATÓRIO

Artigo 15.º

(Crimes)

1. São considerados crimes no âmbito do regime das medidas preventivas e punitivas a adoptar em caso de manifestações de violência associadas ao desporto:
 - a) Distribuição irregular de títulos de ingresso, se a ele houver lugar;
 - b) Dano qualificado por deslocação para ou de espectáculo desportivo;
 - c) Participação em rixa na deslocação para ou de espectáculo desportivo;
 - d) Arremesso de objectos no interior do recinto desportivo;
 - e) Invasão da área do espectáculo desportivo;
 - f) Tumultos.
2. Os crimes previstos no número anterior encontram-se tipificados nos arts. 21.º a 26.º da Lei n.º 16/2004 assim como a medida abstracta da pena aplicável a cada um deles.
3. Se houver fortes indícios da prática de um dos crimes previstos no n.º 1 deste artigo, durante um espectáculo desportivo de Esgrima, o juiz pode impor ao arguido medida de interdição de acesso a recintos onde decorram espectáculos desportivos de Esgrima, aplicando-se a essa medida de coação os prazos máximos previstos na lei para a prisão preventiva.
4. Ao condenado pela prática de um dos crimes previstos no n.º 1 deste artigo, é aplicável uma pena acessória de interdição de acesso em recintos desportivos em que estejam a decorrer espectáculos desportivos de Esgrima, por um período de um a cinco anos, se pena mais grave ou outras medidas não lhe couberem por força da lei.

Artigo 16.º

(Contra-Ordenações)

São consideradas contra-ordenações no âmbito do regime das medidas preventivas e punitivas a adoptar em caso de manifestações de violência associadas ao desporto:

- a) A introdução, venda e consumo de bebidas alcoólicas nos recintos desportivos;
- b) A introdução, transporte e venda nos recintos desportivos de bebidas ou outros produtos contidos em recipientes que não sejam de material leve não contundente;
- c) A introdução, venda e aluguer ou distribuição nos recintos desportivos de almofadas que não sejam de material leve não contundente;
- d) O incitamento à violência, ao racismo e à xenofobia e outras formas de discriminação, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis;
- e) A utilização nos recintos desportivos de buzinas alimentadas de baterias, corrente eléctrica ou outras formas de energia, bem como quaisquer instrumentos produtores de ruídos instalados de forma fixa, com excepção da instalação sonora do promotor do espectáculo

desportivo;

- f) A introdução e utilização de buzinas de ar ou de outros utensílios estridentes em recintos desportivos cobertos;
- g) A introdução ou utilização de substâncias ou engenhos explosivos ou pirotécnicos ou objectos que produzam efeitos similares, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis.

Artigo 17.º

(Classificação de Contra-Ordenações e Coimas)

1. São contra-ordenações muito graves as constantes nas alíneas a), d) e g) do artigo anterior, puníveis com coima entre €1.000,00 e €1.750,00 se outra mais alta não for estabelecida por lei.
2. São contra-ordenações graves as constantes nas alíneas b) e e) do artigo anterior, puníveis com coima entre €500,00 e €1.000,00 se outra mais alta não for estabelecida por lei.
3. São contra-ordenações leves as constantes nas alíneas c) e f) do artigo anterior, puníveis com coima entre €250,00 e €5000,00 se outra mais alta não for estabelecida por lei.
4. Os agentes desportivos que, por qualquer forma, praticarem ou incitarem à prática e actos enquadráveis no artigo anterior, são punidos com coimas elevadas nos se montantes mínimo e máximo para o dobro dos previstos nos n.ºs 1 a 3 deste artigo.

Artigo 18.º

(Determinação da Medida da Coima)

1. A determinação da medida da coima, dentro dos seus limites, faz-se em função da gravidade da contra-ordenação, da culpa, da situação económica do agente e do benefício económico que este retirou da prática da contra-ordenação.
2. A tentativa e a negligência são puníveis, com redução a metade dos limites mínimo e máximo da coima aplicável.

Artigo 19.º

(Instrução dos processos e Aplicação da Coima)

1. A instrução dos processos de contra-ordenação compete à autoridade policial que verificar a ocorrência.
2. A aplicação das coimas é da competência dos governadores civis do distrito, no território do continente, e do membro do Governo regional responsável pela área do desporto, nas regiões autónomas.

Artigo 20.º

Ilícitos Disciplinares

1. A prática de actos de violência é punida nos termos do Regulamento de Disciplina da FPE.
2. Poderão ainda ser aplicáveis, nos termos da Lei n.º 16/2004 as sanções de interdição do recinto desportivo ou de realização de espectáculos desportivos «à porta fechada» e multa, desde que, respectivamente, sejam praticados os actos constantes dos n.ºs 2, 3 ou 4 do art. 37.º do referido diploma legal, com as demais consequências legais daí decorrentes.
3. O procedimento disciplinar segue as regras constantes do processo disciplinar comum do Regulamento de Disciplina da FPE, com as especialidades decorrentes do art. 39.º da Lei n.º 16/2004.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 21.º

(Direito Subsidiário)

Em tudo quanto não estiver previsto especialmente neste Regulamento, aplicar-se-ão os demais regulamentos da FPE, sobretudo o Regulamento de Disciplina e o Regulamento de Provas, e a legislação aplicável, mormente a Lei n.º 16/2004 de 11 de Maio.

Artigo 22.º

(Entrada em vigor)

O presente Regulamento entra em vigor na data da sua aprovação pela Assembleia Geral da FPE.

Artigo 23.º

(Registo)

O presente Regulamento está sujeito a registo no Conselho Nacional contra a Violência no Desporto (CNVG).